



Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal

SGAS 616 - Lote 115 - Fone: 346-1811 - Fax: 346-3733 - Home page: <http://www.sodf.org.br> - E-mail: sodf@sodf.org.br

Jornal do

SODF

FILIADO À CUT E À FIO

IMPRESSO ESPECIAL

Contrato
36/2002-ECT/BSB
X
SODF

Novembro/Dezembro de 2002

“Trabalhando com Saúde”

Como está a saúde de quem trabalha em Saúde Bucal? Que medidas são necessárias para resolver os problemas existentes? Conheça as propostas aprovadas no Seminário promovido pelo Sindicato com o objetivo de discutir questões relacionadas à saúde dos trabalhadores em Saúde Bucal.

Páginas 8 e 9



Studio Um Digital

VRCC agora é VRPO

A proposta foi aprovada no Fórum Nacional de Convênios e Credenciamentos, realizado em Goiânia no dia 29 de setembro último, com participação do SODF.

Página 11

Confraternização das entidades e da categoria no Dia do Cirurgião-Dentista



Dr. Ayrton Toledo (CRO-DF), Luiz Roberto Craveiro (ABO-DF), Odete Maria Fontes (ABO Taguatinga) e Rozângela Fernandes Camapum (SODF), representaram as entidades organizadoras do baile

Ex-presidente do SODF participa da equipe de transição do governo Lula

Confira na página 12 a entrevista com Swedenberger Barbosa, ex-presidente do SODF e da FIO, convidado pelo presidente eleito para trabalhar na equipe de transição de governo.

Código de Ética

Sindicato contribui com sugestões para a reformulação do Código de Ética Odontológica, tema da CONEO - Conferência Nacional de Ética Odontológica a ser realizada de 11 a 14 de dezembro, em Florianópolis (SC).

Página 10

Odontologia nas instituições:

- Serviço Odontológico do TST dá ênfase à prevenção
- SESI e SECONCI investem em biossegurança
- SESC promove cursos de atualização para CDs
- Problemas se acumulam e se agravam na Secretaria de Saúde
- PISE: sem concurso público, quadro é hoje a metade do início do Programa

Página 3

Que a estrela de cada um de nós brilhe com toda a intensidade em 2003. A diretoria do SODF faz votos de que todos os colegas da equipe de Saúde Bucal, bem como nossos vários parceiros nas lutas cotidianas, alcancem seus objetivos pessoais e também aqueles que visam o bem comum da sociedade. Um Feliz Natal e um Ano Novo com paz e saúde a todos!

A esperança de um novo país

Que Brasil teremos nos próximos anos? É natural que essa pergunta esteja na cabeça de todos, visto que 52.793.364 milhões de brasileiros decidiram, nas eleições de outubro último, apostar na mudança. Um governo exercido por um ex-metalúrgico, trabalhador como a maioria dos brasileiros, era improvável há até poucos anos. Mas o modelo político e econômico imposto por interesses externos desgastou-se e fez o povo ver que era preciso buscar uma alternativa que recolocasse o Brasil no caminho do desenvolvimento com justiça social.

O Brasil vive um momento de grande expectativa à espera da posse do governo Lula e do anúncio de suas primeiras medidas. Se perguntarmos a cada brasileiro qual deveria ser a prioridade do governo a curto prazo, vamos encontrar as mais diferentes respostas: melhoria da rede pública de saúde, mais segurança, educação de qualidade, geração de empregos, controle da inflação, aumento salarial, distribuição justa de renda e por aí vai. Os problemas são muitos e complexos, mas cada um dos mais de 52 milhões de eleitores de Lula votou acreditando que eles podem ser solucionados. É óbvio que o próximo governo precisará de tempo para

pôr a casa em ordem, mas a eleição do primeiro governo democrático e popular em 500 anos de História já é um avanço sem precedentes no Brasil.

Aqui no Distrito Federal, na contramão do cenário nacional, vimos, em meio a inúmeras denúncias de irregularidades, o governador Joaquim Roriz ser reconduzido ao Palácio do Buriti para mais quatro anos de mandato. A julgar pelos mandatos anteriores do governador, há poucos motivos para otimismo. Devem continuar prevalecendo a política do assistencialismo que inchou o Distrito Federal nos últimos anos e que fez cair a qualidade de vida da população; a falta de diálogo com os trabalhadores; a cooptação de parlamentares na Câmara Legislativa para aprovação dos projetos de interesse do GDF; o abandono da saúde, da educação e da segurança.

Há a esperança, no entanto, de que o próximo mandato de Roriz seja rigidamente fiscalizado por entidades organizadas da sociedade e pelo Ministério Público, tendo em vista os processos a que o governador responde na Justiça e as denúncias de irregularidades no último processo eleitoral.

O SODF acompanhará e fiscalizará atentamente os atos dos governos, visando sempre defender os interesses dos cirurgiões-dentistas e da população de um modo geral.

Novo Secretário de Saúde cria Conselho de Gestão sem convidar todas as entidades

O ginecologista Arnaldo Bernardino Alves assumiu a Secretaria de Saúde do GDF no último dia 25 de novembro, em substituição a Aloísio Toscano. Logo após a posse, o novo Secretário anunciou a criação do Conselho de Gestão da Saúde, integrado pelas entidades médicas e pelo Sindsaúde. A diretoria do SODF não entendeu o motivo de não terem sido convidados os demais sindicatos da área, uma vez que é necessário o envolvimento de todas as categorias – e não apenas os médicos – na busca de soluções para a grave crise no sistema público de saúde do DF. Aliás, uma boa medida do novo Secretário seria a reorganização dos Conselhos de Saúde de acordo com a legislação e com as determinações do Conselho Nacional de Saúde.

De qualquer forma, a diretoria do SODF espera que o novo Secretário tenha sucesso em sua gestão e que seja reaberto o diálogo com as entidades sindicais, tendo em vista que há várias questões aguardando solução, como a implantação do PCCV dos cirurgiões-dentistas, isonomia salarial com os médicos da SES e realização de concurso público para THD.



Foto: Jornal do SindMédico

Assembléia para definição da anuidade e da Contribuição Sindical

O Sindicato convocou para o dia 3 de dezembro, no auditório da ABO-DF, a Assembléia Geral que definirá os valores da anuidade e da Contribuição Sindical para 2003. A entidade enviará corres-

pondência aos associados com todas as informações sobre essas taxas. Fiquem atentos às datas de vencimento, evitando o acréscimo de multas ou até mesmo a cobrança judicial.

“Saúde Bucal e Justiça Social” é tema do X Congresso Internacional de Odontologia do DF



O Centro de Convenções Ulysses Guimarães abrigará mais uma vez o Congresso Internacional de Odontologia do Distrito Federal, a ser realizado de 26 a 29 de março de 2003. A ABO Nacional e a ABO-DF escolheram para esta décima edição o tema “Saúde Bucal e Justiça Social”. Trabalhos científicos podem ser inscritos até o dia 10 de dezembro e as inscrições para o Congresso terão início em 20 de janeiro de 2003.

Farmácias não podem recusar receitas assinadas por cirurgiões-dentistas

A prescrição de medicamentos pelos profissionais de Odontologia está prevista e regulamentada na Lei nº 5.081 e na Portaria nº 344 da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. Esta portaria aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a

controle especial. Mesmo com a vigência dessa legislação específica, é comum balconistas de farmácias recusarem receitas de determinados medicamentos assinadas por cirurgiões-dentistas, atitude que deve ser denunciada aos órgãos competentes.

Serviço Odontológico do TST dá ênfase à prevenção

A equipe do Serviço Odontológico do Tribunal Superior do Trabalho - TST, sob a direção da CD Regina Célia da Cruz, assessorada pelo Dr. Daniel Ramos Côrtes, vem desenvolvendo uma nova proposta de trabalho com enfoque na promoção de saúde e prevenção. A proposta compreende a implementação do Programa de Promoção de Saúde e Prevenção, elaborado pela Dra. Maria Abadia Pereira Nasciutti, especialista em Saúde Coletiva, e consiste em levantamento dos fatores de risco de cada paciente, monitoramento dos mesmos, educação em saúde e aconselhamento individualizado, tornando a equipe de Saúde Bucal e pacien-

te co-responsáveis pela preservação de sua saúde. Após o tratamento preventivo, educativo e curativo, o paciente retorna periodicamente para prevenção, de acordo com o seu grau de risco.

Para a equipe do Serviço Odontológico do TST, a educação em saúde é o instrumento motivador e transformador do indivíduo, para reformular seus hábitos e restabelecer sua qualidade de vida. A meta do SRO do TST é fazer o paciente se conscientizar da importância da participação ativa em seu próprio tratamento. Afinal, ele precisa entender e crer que é o maior interessado e o maior responsável por sua saúde bucal.

Persistem os problemas na Secretaria de Saúde

Até o fechamento desta edição, não havíamos recebido resposta do coordenador de Odontologia da SES, Edilson Camacho, acerca de diversos problemas relatados pelos cirurgiões-dentistas ao Sindicato. Desabastecimento de materiais de consumo (chegou a faltar anestésico durante um mês no HRT e CDs estariam usando nas cirurgias luvas de procedimento por não haver luvas cirúrgicas) e falta de peças de reposição para

os equipamentos são algumas das situações que o Sindicato tomou conhecimento.

O SODF gostaria também de saber do coordenador de Odontologia se há pessoal auxiliar em número suficiente na rede, qual a previsão para realização de concurso para THD e se está sendo feito, a exemplo de outros Estados, o levantamento epidemiológico determinado pela Coordenação de Saúde Bucal do Ministério da Saúde.

PCCV

Depois de mais de um ano de espera, finalmente o governador Roriz se posicionou sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do GDF. Mas a notícia foi desanimadora: as negociações continuarão suspensas por tempo indefinido. A proposta de PCCV dos cirurgiões-dentistas foi entregue à Secretaria de Saúde no primeiro semestre de 2001 e a última reunião para tratar do assunto aconteceu em janeiro deste ano.

SESC promove cursos de atualização

A coordenação de Assistência Odontológica do SESC informa que estão ocorrendo cursos de atualização para os cirurgiões-dentistas nas áreas de Implante, Ortodontia (básico) e Periodontia. Neste ano já foram abrangidas as áreas de Endodontia, Radiologia e Halitose. Em 2003 os cursos serão nas áreas de Dentística, Endodontia, Radiologia, Implante, Ortodontia (básico) e Periodontia.

A coordenação informa também que 3.088 pessoas foram atendidas

nas campanhas comunitárias de educação em saúde desenvolvidas este semestre nas cidades de Candangolândia, Paranoá, Brazlândia e Gama. Nas três primeiras cidades foi feito um trabalho de orientação sobre higiene oral, escovação e estomatologia, além de aplicação de flúor. No Gama, o SESC ampliou os equipes de sua unidade odontológica e realizou atendimentos nas áreas de Dentística, Exodontia, Odontopediatria e Radiologia.

Reciclagem em biossegurança no SESI-DF

O SESI promoveu no último dia 9 de novembro, no auditório do SESI Taguatinga, curso de reciclagem em biossegurança para os cirurgiões-dentistas e auxiliares de consultório odontológico da instituição. A iniciativa surgiu como desdobramento do seminário "Trabalhando com Saúde", realizado pelo SODF nos dias 22, 23 e 24 de agosto último, do qual participaram cirurgiões-dentistas do SESI e os responsáveis pela Gerência do Serviço Odontológico da instituição.

O curso abordou a biossegurança por meio de dois painéis, chamando a atenção para a importância da adoção de normas rígidas de biossegurança na prática odontológica, tanto nos consultórios privados como nos serviços coletivos.

O Sindicato parabeniza o SESI-DF por reconhecer a importância do tema, por proporcionar reciclagem a seus profissionais e por adotar as normas sugeridas durante o seminário promovido pelo SODF.

Biossegurança em destaque também no SECONCI-DF

A biossegurança é preocupação também do SECONCI-DF. A entidade promoverá curso para a equipe de Saúde Bucal em dezembro próximo, ministrado pelo CD Luís Henrique Rodrigues de Sousa. O SECONCI informa ainda que está em processo de recebimento da certificação ISO 9001/2000 pela qualidade de seus serviços, e que promoveu em outubro treinamento de relação interpessoal para todos os funcionários.

PISE agoniza por falta de recursos humanos

Criado em 1977 pelo cirurgião-dentista Sérgio Pereira, já falecido, o PISE - Programa Integrado de Saúde Escolar - foi desenvolvido como um projeto-piloto e implantado oficialmente em 1979 como programa de assistência aos alunos do ensino fundamental da rede pública. O programa alcançou destaque em nível nacional, ao ser implantado, por causa da cobertura que oferecia, da incorporação do THD à equipe - conseguindo com isso produzir mais e beneficiar mais estudantes com ações curativas - e ainda por utilizar equipamentos simplificados, alguns até mesmo fabricados aqui no Distrito Federal.

Infelizmente, em vez de ser aperfeiçoado com o tempo, o PISE foi sendo esvaziado em virtude da deficiência de recursos humanos, uma vez que os concursos públicos para cirurgião-dentista foram rareando até serem suspensos definitivamente. Enquanto eram realizados, os concursos já não atraíam os profissionais em razão da desigualdade salarial com os CDs da Secretaria de Saúde, situação que permanece até hoje. Atualmente o quadro está bastante deficiente,

principalmente de CDs. Há alguns anos chegou a haver 60 cirurgiões-dentistas no PISE, mas hoje o número não chega a 30. Os colegas que fazem 40 horas reivindicam a opção pela dedicação exclusiva, a exemplo dos professores.

Procurado pelo Jornal do SODF, o coordenador do PISE, Pedro Alcântara, informou que os concursos públicos foram proibidos pelo governo federal e que só podem ser realizados para a área-fim, ou seja, para profissionais de educação. Ele espera que o próximo governo suspenda a proibição e garante que já há projeto de lei pronto para ser apreciado na Câmara Legislativa autorizando o concurso para contratação de cirurgiões-dentistas para a Secretaria de Educação.

Quanto à isonomia qualquer melhoria salarial com os profissionais da SES, Pedro Alcântara afirmou que depende da implantação do novo plano de carreira que está sendo negociado pelo Sindicato dos Auxiliares em Educação - SAE, entidade que representa os profissionais do Programa. Ele disse ainda desconhecer qualquer reivindicação formal pela dedicação exclusiva.

Entidades estão dispostas a retomar a luta pela reorganização do controle social no DF

O SODF e as demais entidades de saúde do DF estão dispostos a rearticular a luta pela reorganização do controle social nos Conselhos de Saúde do DF. A retomada dessa luta se dá diante da perspectiva de mudança na coordenação do Conselho Nacional de Saúde, que poderá finalmente intervir no Distrito Federal para fazer com que a legislação seja cumprida pelo governador.

Os Conselhos de Saúde são normatizados por lei aprovada na Câmara Legislativa com base nos princípios definidos pelo Conselho Nacional de Saúde. Até 1998, tanto o Conselho de Saúde do DF quanto os Conselhos Distritais funcionavam de acordo com esses princípios que garantem a representação de 25% de profissionais de saúde, 25% de gestores e 50% de usuários, assegurando a paridade em sua composição. Além disso, era respeitada a autonomia de cada segmento na eleição de seus representantes.

Para surpresa geral, em 1999

o então secretário de Saúde Jofran Frejat encaminhou à Câmara Legislativa, sem qualquer discussão com os outros segmentos envolvidos, projeto de lei que estabeleceu o fim da paridade – já que o Secretário de Saúde passou a ter voto de qualidade –, diminuiu de 17 para 10 o número de conselheiros e modificou o processo de escolha dos representantes dos profissionais e usuários. As assembleias unificadas das categorias passaram a ser desconsideradas e a indicação dos membros dos Conselhos virou prerrogativa do Secretário.

As entidades de trabalhadores da saúde reagiram na época a essa medida autoritária denunciando-a ao Ministério Público e solicitando a interferência do Conselho Nacional de Saúde. O Sindicato acredita que a nova coordenação do CNS dará atenção especial ao assunto e intervirá para alterar esse modelo que desestabilizou e desestruturou os Conselhos de Saúde no DF.

O que dizia a Lei nº 469/93:

“Art. 2º. O CSDF será integrado por 17 (dezesete) conselheiros, sendo 4 (quatro) representantes dos prestadores de serviços, 4 (quatro) representantes dos trabalhadores de saúde, 8 (oito) representantes dos usuários”.

O que passou a determinar a Lei nº 2.413, de 29 de junho de 1999:

“Art. 1º. O art. 2º da Lei nº 469, de 29 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. O Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF será integrado por dez conselheiros, sendo três representantes dos prestadores de serviço, dois representantes dos trabalhadores de saúde, cinco representantes dos usuários...”

Convênio com escritório de advocacia está em vigor

A diretoria do SODF lembra que os cirurgiões-dentistas sindicalizados contam com o Programa de Assistência Jurídica – PAJ, a cargo do escritório Mota e Advogados Associados S/C (SGAS 902 – Lote 71 – Bloco B – Ed. Atenas – Salas 105/110 – Fone/fax: 226-4025). São as seguintes as vantagens oferecidas a quem quiser utilizar este benefício:

- . Consulta jurídica com hora marcada, inteiramente grátis;
- . Desconto de, no mínimo, 20% sobre a Tabela de Honorários da OAB/DF;
- . Atendimento extensivo ao cônjuge e demais familiares;
- . Assessoria a pessoa jurídica formada por cirurgião-dentista, mediante condições especiais;
- . Realização de cobranças e execuções;
- . Assessoria na área do direito de família e sucessões, civil, comercial, tributário, comercial, contratos, previdenciários, dentre outros.

AÇÕES

• Tiquetes atrasados (FEDF)

A FEDF apresentou recurso em 4/10/02, mas nós ganhamos. Estamos aguardando publicação. Se não houver outro recurso, o processo entrará então para a fase de cálculos.

• Tiquetes atrasados (FHDF)

A ação seguiu para o juiz relator em 3/9/02 e para revisão em 36/9/02. Assim, deverá ir a julgamento logo.

Atenção colegas da FEDF e FHDF:

Quem ainda não entrou com a ação dos tiquetes atrasados deve procurar o Sindicato urgentemente para que a assessoria jurídica da entidade forme novos grupos.

• FGTS Plano Collor

No dia 18/11/02 foi expedido mandado de intimação para a Caixa Econômica Federal, que terá prazo de 30 dias para efetuar o depósito ou apresentar embargos. Lembramos que esta ação (iniciada em maio de 1995,

com 222 CDs) está na fase de cálculos e que outras cinco ações, com um número menor de colegas, aguardam julgamento.

• FGTS Plano Verão

Já existem ações em andamento. Quem não entrou no processo deve procurar o SODF com urgência, levando extratos do FGTS dos anos de 1988 e 1989 (preferencialmente os extratos do BRB, mas o espelho que a própria Caixa fornece também serve), bem como preencher a procuração e reconhecer firma da assinatura.

• Ação do Instituto Candango

Dos 13 processos movidos, seis já foram ganhos pelo SODF e quitados pelo Instituto Candango. As outras sete ações estão aguardando julgamento.

Informações – Quem quiser obter mais informações sobre estes ou outros processos judiciais deve contatar a diretora Elzimar, fone 346-1811.

Recesso de final de ano

- A Justiça comum e a Justiça Federal páram em dezembro e retornam em fevereiro de 2003.

- A Justiça do Trabalho também estará de recesso em dezembro, retornando em janeiro.

Confraternização reúne entidades e a categoria

A cada ano que passa, o Baile do Cirurgião-Dentista consegue se superar em organização e animação. Essa é a opinião dos dirigentes das entidades responsáveis pela festa (SODF, ABO-DF e Taguatinga e CRO-DF) e também dos cirurgiões-dentistas que sempre prestigiam o evento.

Este ano, o baile foi realizado no dia 25 de outubro, no Clube Naval, animado pela Banda Edição Extra e com a presença de centenas de convidados. As entidades odontológicas do DF investem em eventos como este porque sabem que é necessário e importante proporcionar momentos de confraternização à categoria, e porque elas devem estar juntas não apenas nas lutas, mas também nas comemorações. Parabéns a todos por mais esta festa memorável!



Cirurgião-dentista presidiu 6º Congresso Mundial de Bioética

A imprensa, e conseqüentemente a sociedade brasileira, após tantos anos referindo-se à ética como o cerne da solução dos conflitos da vida moderna e sobretudo ressentindo-se de sua aplicação no cotidiano, teve a oportunidade de testemunhar um amplo e complexo debate entre acadêmicos nacionais e estrangeiros de diferentes áreas, assim como de aprender com eles um pouco mais sobre as questões ligadas ao respeito irrestrito à vida humana, respeito esse que a ciência intitula de bioética. O 6º Congresso Mundial de Bioética, presidido pelo cirurgião-dentista Volnei Garrafa e realizado de 30 de outubro a 3 de novembro, em Brasília, estabeleceu uma linha divisória para o setor ao avançar em questões cruciais para a convivência humana no mundo contemporâneo.

Mil trezentos e cinquenta especialistas (900 brasileiros e 450 estrangeiros de 62 países), entre cientistas e estudantes universitários, debateram posições morais e éticas de acordo com suas culturas, a partir de temas variados das áreas de saúde e meio ambi-



O vice-presidente da República, Marco Maciel (1º à esq.), participou da abertura do 6º Congresso, presidido pelo CD Volnei Garrafa (2º à esq.)

ente; direitos humanos e mercado financeiro; filosofia e religião; políticas públicas, pesquisa científica e tecnologia.

“Bioética, Poder e Injustiça”, o tema oficial estabelecido como prerrogativa do Brasil na condição de país-sede do Congresso, alinhavou todas as atividades desenvolvidas e polarizou conferências e debates, palestras e trabalhos apresentados, entrevistas e comentários informais nos intervalos. Os bioeticistas do Hemisfério Sul não podiam ter melhor oportunidade de denunciar aos do Primei-

ro Mundo a situação de calamidade das camadas mais pobres das populações do Terceiro Mundo, cada vez mais alijadas do progresso científico e tecnológico, por sua vez dominado pelas leis de mercado.

“As pessoas vão ter outra visão da bioética a partir do Congresso, porque, pela primeira vez, falamos e eles foram obrigados a nos ouvir. Armamos uma estratégia para isso, com as conferências seguidas de debates com a platéia”, explica Volnei Garrafa. “Quando critiquei o Bush, alguns americanos pres-

entes tiraram do ouvido o fone da tradução simultânea, mas diante dos aplausos, tornaram a colocá-lo”, relembra.

Organização competente

Com o 6º Congresso, o Brasil simplesmente dobrou o número de inscrições registradas nos últimos encontros mundiais de bioética, todos realizados de 1996 para cá em países desenvolvidos. O maior até então, feito em Londres no ano 2000, reuniu 680 especialistas. Com organização impecável, o Brasil fez bonito e impressionou especialmente os especialistas estrangeiros, também, sob esse aspecto. Paul McNeill, presidente do próximo Congresso, a ser realizado na Austrália em 2004, confessou ao público, no encerramento, que está preocupado em não deixar cair o nível de qualidade alcançado em Brasil e voltar ao antigo tratamento paroquial que costumavam receber esses encontros.

Angélica Torres, jornalista, assessora de imprensa do 6º Congresso Mundial de Bioética

3ª CONPA: reconhecendo a importância do pessoal auxiliar



Os técnicos em higiene dental, auxiliares de consultório dentário, técnicos de prótese dentária e auxiliares de prótese dentária, que junto com os cirurgiões-dentistas integram a equipe de Saúde Bucal, desempenham um papel fundamental na luta para tornar realidade o direito da população de ter pleno acesso a serviços de Saúde Bucal de qualidade.

Os TPDs e APDs, por atuarem em laboratórios de prótese – área que registra uma demanda reprimida muito grande, principalmente no serviço público –, enfrentam com o cirurgião-dentista o desafio de otimizar o atendimento aos pacientes que necessitam desses serviços. Os THDs e ACDs, por sua vez, cumprem uma importante função na prevenção de doenças bucais. Também auxiliam o CD na área técnica, contribuindo para diminuir a demanda no setor público num espaço de tempo bem menor. Além disso, evitam que o CD seja sobrecarregado e que ve-

rem votados.

na, conseqüentemente, a apresentar um quadro de estresse no trabalho.

Questões de destaque envolvendo a atuação desses trabalhadores foram tratadas na 3ª CONPA - Conferência Nacional das Profissões Auxiliares em Odontologia, promovida pelo Conselho Federal e CRO-DF nos dias 18, 19 e 20 de setembro último, em Brasília. Os THD, ACDs, TPDs, ACDs e os cirurgiões-dentistas que participaram do evento esperam que o CFO coloque brevemente em prática as deliberações da Conferência,

que aprovou como pontos prioritários para ação imediata do Conselho:

1. O CFO deve lutar pela aprovação, na íntegra, do Projeto de Lei nº 2.487/00, de 22/02/00, que trata da regulamentação das profissões de THD e ACD.

2. Alterar a legislação que cria e rege o funcionamento dos Conselhos de Odontologia (Lei nº 4.324/64), introduzindo modificações que permitam a participação democrática dos THDs e ACDs nos plenários do CFO e dos CROs, garantindo-lhes o direito de votarem e se-

rem votados.

3. Inclusão das funções de THD e ACD nas grades de carreira do SUS.

4. O CFO deve criar uma comissão, com a participação das entidades formadoras de THD e ACD e representação dos mesmos e demais entidades odontológicas nacionais, para rever a resolução que regulamenta as profissões de THD e ACD, adequando-a à Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

5. Que os THDs e ACDs, através de sua entidade nacional, participem de todas as comissões e reuniões do CFO que forem discutir ou deliberar sobre a categoria.

6. Que o CFO convoque uma reunião com entidades formadoras de pessoal auxiliar em Odontologia para discussão do tema “A Implantação da Reforma da Educação Profissional”, no primeiro semestre de 2003.

7. Criar câmaras nos Conselhos Federal e Regionais, com participação das categorias, para deliberação dos assuntos pertinentes a essas profissões.

Propostas dos TPDs e ACDs

Dentre as propostas aprovadas pelos técnicos e auxiliares em Prótese Dentária, destacamos:

- Criação de Câmaras de Representação das Especialidades de Profissões Afins da Odontologia, com a elaboração de regimento/regulamento para o seu funcionamento e definição dos critérios de participação das entidades de classe no processo eletivo de seus representantes nos Conselhos.
- Criação e implantação de cursos de especialização nas ramificações da Prótese Dentária.

Criação do curso de tecnólogo encontra forte resistência das entidades de trabalhadores em saúde

No fechamento desta edição (22/11) estava sendo analisado nas Câmaras de Ensino Básico e Ensino Médio do Conselho Nacional de Educação – CNE a proposta do Ministro da Educação que trata da criação dos cursos de tecnólogos em diversas áreas, entre elas a saúde. O tecnólogo será um profissional com formação em curso superior de duração reduzida. No caso da Odontologia, a proposta fala em “tecnólogo em Saúde Bucal”. Aos formados seriam dadas algumas incumbências privativas do cirurgião-dentista.

A votação da proposta pelos conselheiros do CNE estava agendada para os dias 3 e 4 de dezembro. Tanto as entidades da área de saúde – lideradas pelo Fentas, Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadores

em Saúde – quanto o Conselho Nacional de Saúde estão fazendo gestões para que seja mantida a deliberação do CNS no sentido de que a medida não se aplique à área de saúde, entre outros motivos porque não está delimitada a área de atuação do tecnólogo. A proposta do MEC foi debatida em várias oportunidades, sempre com a participação efetiva da Odontologia, representada por suas entidades e por vários profissionais.

O Conselho Federal de Odontologia elaborou relatório que aponta, entre outros argumentos contrários ao projeto, o fato de que na área de saúde a educação continuada e o aperfeiçoamento profissional já estão amplamente contemplados nos desdobramentos em nível de pós-graduação, residência,

aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e outros dos cursos da área formalmente concebidos e existentes.

Além disso, não há demanda no mercado para profissionais desta categoria, pois existem inúmeras qualificações técnicas no setor saúde, inclusive de nível médio, que já suportam a totalidade da demanda, e a criação do tecnólogo acabaria por invadir as atividades profissionais hoje já consolidadas.

Especialmente em relação à Odontologia, lembra o CFO, a experiência anterior na formação de tecnólogos em prótese buco-maxilo-facial, realizada na década de 70, resultou em frustração profissional para os egressos, não acrescentou nada nem na prática nem na ciência odontológica e não trouxe ne-

num benefício para a saúde bucal da sociedade.

O CFO ressalta que há entraves legais que inviabilizariam a possibilidade de o CNE atribuir competência às instituições de ensino de criar cursos e estabelecer competências profissionais na área de saúde, como o art. 200, inciso III da Constituição; a Lei Orgânica da Saúde; o Decreto nº 3.860/2001 e o parecer do Conselho Nacional de Saúde datado de 24/7/2002 que se posiciona contrariamente à inclusão da área de saúde na formação superior em nível tecnológico.

O SODF também é totalmente contrário à criação dos cursos de tecnólogos e manterá a categoria informada sobre os desdobramentos deste assunto.

Entidades odontológicas apresentaram reivindicações aos candidatos ao GDF

A Odontologia deve ser tratada dentro das prioridades da área de Saúde, necessidade confirmada pelos dados epidemiológicos amplamente conhecidos. Com base neste princípio, as entidades odonto-

lógicas do DF aproveitaram a recente campanha eleitoral para entregar aos candidatos ao Governo do Distrito Federal as propostas que a categoria espera ver implementadas no próximo governo, dentre as quais destacamos:

- Ampliação dos recursos financeiros destinados à Secretaria de Estado da Saúde (SES) para a Saúde Bucal;
- Implementação do Plano de Carreira Cargos e Vencimentos (PCCV) unificado para a Saúde Bucal em todos os órgãos do DF;
- Ampliação do piso salarial da categoria odontológica (cirurgião-dentista) equiparando-o com a categoria médica, para início de carreira, e melhoria salarial para a equipe de Saúde Bucal da SES;
- Realização de concurso público para a contratação de profissionais (CDs THDs, ACSs e TPDs) - para ampliação da atenção à Saúde Bucal;
- Viabilização de recursos financeiros da SES para qualificação, aperfeiçoamento e especialização dos cirurgiões-dentistas e equipe de Saúde Bucal da rede;
- Garantir aos profissionais cirurgiões-dentistas, que desejarem, a opção pela jornada de 40h semanais.

Compromissos dos parlamentares federais com a Odontologia

As entidades odontológicas do DF elaboraram também um documento direcionado aos candidatos ao Senado e à Câmara dos Deputados, no qual reafirmam que somente com uma intervenção eficiente do Estado, através de um Sistema Único de Saúde universal, será possível mudar o quadro hoje existente, em que 20% da população brasileira nunca teve acesso a nenhum tipo de serviço odontológico, enquanto outra parcela da população conta com serviços deficientes.

As entidades solicitaram o compromisso dos parlamentares eleitos com a luta em defesa das seguintes reivindicações:

- Ampliação dos recursos financeiros destinados à Saúde Bucal no Ministério da Saúde;
- Acompanhar os Projetos de Lei na área de Saúde Bucal otimizando a tramitação dos mesmos no Congresso Nacional, em especial:
 - Projeto de Lei nº 4.556/94, que trata do piso salarial do cirurgião-dentista;
 - Projeto de Lei nº 79/02, que trata da carga horária do cirurgião-dentista no Serviço Público;
 - Projeto de Lei nº 4.732/01, que trata da elaboração de tabela de honorários médicos e odontológicos para contrato com as operadoras de planos de saúde;
 - Projeto de Lei nº 2.487/00, que trata da criação da profissão do Técnico em Higiene Dental (THD) e Atendente de Consultório Dentário (ACD);
 - Projeto de Lei nº 1.323/01, que cria a Residência Odontológica.
- Lutar pela criação do projeto de interiorização do cirurgião-dentista nos vários Estados do Brasil;
- Lutar, junto ao Governo Federal, pelo aumento do orçamento para a saúde do DF;
- Lutar pelo aumento do orçamento da equipe de Saúde Bucal no Programa Saúde da Família - PSF;
- Elaborar Projeto de Lei que garanta uma equipe de Saúde Bucal para cada equipe geral do PSF.

Parlamentares em defesa da saúde

Maria José Maninha, médica, deputada distrital, ex-presidente do Sindicato dos Médicos e ex-Secretária de Saúde do DF, eleita deputada federal com 98 mil votos



“Vou assumir meu mandato como deputada federal em condições muito especiais. As bancadas do PT e dos partidos de esquerda estarão reforçadas e Lula no governo, quer dizer: serei uma deputada de situação, e boa parte de minha atuação se concentrará no esforço pela aprovação dos projetos de nosso governo.

Como médica e ex-Secretária de Saúde, a saúde vai ser o carro-chefe de meu mandato. Vou continuar trabalhando pela consolidação do SUS – que é o que o presidente Lula vai fazer –, afirmando a saúde como responsabilidade do Estado, com participação complementar do setor privado mediante contratos submetidos a controle e avaliação pelo poder público. Vou defender também a volta do programa Saúde em Casa e sua adoção no restante do Brasil, como meio de acesso universal à saúde e re-

formulação do modelo assistencial, com ênfase na prevenção e na assistência precoce. Como funcionou em Brasília, em 1997-98, esse programa deve dar maior ênfase à Saúde Bucal do que vem ocorrendo com o Saúde da Família do governo FHC.

Trabalharei pela regularização das profissões de técnico em higiene dental e auxiliar de consultório dentário; e para que a carga horária dos cirurgiões-dentistas do serviço público, em todo o País, seja fixada em 20 horas semanais, como a dos médicos.

Um dos principais pontos do programa do Lula é melhorar o atendimento na área de saúde, o que inclui servidores qualificados e bem pagos, por isso estou confiante de que os próximos quatro anos serão de muitas melhorias para a nossa área.”

Foto: Arquivo



Arlete Sampaio, médica, ex-dirigente do Sindicato dos Médicos do DF, eleita deputada distrital com 35.466 votos

sino qualificado.

Tenho a convicção de que estas lutas só serão possíveis se combatermos as políticas que hoje imperam no DF, a partir do bloco político que “venceu” as eleições para o Governo do Distrito Federal. A Câmara Distrital precisa mudar radicalmente, para transformar-se em um fórum de debates dos graves problemas por que passa a nossa Capital, além de transformar-se do ponto de vista administrativo – com moralização de todos os seus atos administrativos – e do ponto de vista da prática legislativa.

Quero colocar o meu futuro gabinete e meu mandato à disposição de todos os trabalhadores da saúde e de toda organização popular que lute por uma saúde pública de qualidade. O Sindicato dos Odontologistas terá sempre uma porta aberta para dialogarmos e encaminharmos, em conjunto, as questões de interesse não apenas da categoria, como também da nossa população, no que diz respeito ao direito de todos a uma saúde de qualidade.”

Seminário aprovou propostas voltadas para

Promover uma reflexão sobre a saúde do trabalhador em Saúde Bucal e ampliar a percepção do conceito de saúde do trabalhador foram os principais objetivos do Seminário "Trabalhando com Saúde", realizado pelo Sindicato nos dias 22, 23 e 24 de agosto, no auditório da ABO-DF, com a participação de cirurgiões-dentistas, técnicos em higiene dental (THDs) e atendentes de consultório dentário (ACDs). A necessidade de discutir a questão da saúde do trabalhador, tirando-se subsídios para a atuação do SODF, foi identificada no seminário de planejamento da diretoria do SODF realizado no início deste ano.

Após a apresentação dos temas programados, abriu-se espaço para um debate em que foram enfocados os aspectos clássicos de biossegurança e comportamento profissional iluminados por princípios bioéticos, e saúde do trabalhador e qualidade de



Studio Um Digital

A discussão da área de saúde da equipe de Saúde Bucal atraiu muitos profissionais para o Seminário "Trabalhando com Saúde"

vida. Houve ainda aula prática de exercício laboral.

Para a definição de propostas, a organização do seminário utilizou duas estratégias: tirá-las nos debates ou diretamente dos participantes e construí-las a partir do Mapa de Risco, instrumento de análise e intervenção tanto do ambiente como das condições de trabalho, onde se definem determinantes de nocividade à saúde dos trabalhadores e formulam-se propostas para resolver as situações de risco vivenciadas. Os grupos de risco foram distribuídos entre os presentes em duplas, ou seja, cada dois participantes listou os riscos e formulou propostas de um grupo de risco.

O relatório do Seminário com as propostas aprovadas será encaminhado aos participantes, aos cirurgiões-dentistas filiados ao SODF, às entidades empregadoras, parlamentares, Delegacia Regional do Trabalho, Vigilância Sanitária, Promotoria de Justiça de Defesa dos Usuários da Saúde e outros órgãos envolvidos a fim de que as proposições sejam implementadas.

PROPOSTAS

1- Elaboração de um dispositivo legal, a ser aplicado tanto em instituições públicas ou privadas, que regularmente as normas e procedimentos de biossegurança a serem adotados para a área odontológica. A elaboração deste documento contará com a colaboração de representantes das entidades odontológicas e do setor responsável da Secretaria de Saúde.

2 - Elaboração de um projeto que vise o reaproveitamento do mercúrio odontológico das sobras de amálgama. Realização de uma campanha de esclarecimento junto à equipe de Saúde Bucal, orientando quanto aos efeitos nocivos do mercúrio ao meio ambiente, bem como das formas adequadas de manipulação, armazenamento e de cuidados com os restos de amálgama até que possam ser reprocessados.

3 - Fiscalização e controle, por parte do setor responsável na Secretaria de Saúde, dos níveis de radiação ionizante dos consultórios e clínicas odontológicas que possuem aparelhos de RX, bem como de áreas adjacentes. Adequado monitoramento, através de dosimetria, em profissionais que trabalhem em clínicas especializadas de Radiologia.

4 - Que a Secretaria de Saúde do DF assuma a questão ocupacional dos seus profissionais, incluindo-os em programas de Saúde do Trabalhador, tratando o problema como de saúde e não como questão administrativa, dando as condições ergonômicas corretas e necessárias à criação de um adequado ambiente de trabalho.

5 - Lutar pela criação de um serviço de manutenção permanente dos equipamentos, assegurando condições técnicas de trabalho, bem como condições básicas indispensáveis à biossegurança dos servidores e usuários.

6 - Integrar a atenção odontológica aos programas de Saúde do Trabalhador e de Segurança no Trabalho, viabilizando a detecção dos riscos específicos e assegurando aos trabalhadores a pesquisa do nexo causal entre o processo de trabalho e o aparecimento de doenças, bem como, estabelecendo a referência para sua solução nas diferentes instâncias do SUS.

7 - Assegurar o cumprimento das normas de biossegurança e controle de infecção nas unidades de saúde públicas e privadas.

8 - Garantir os princípios de biossegurança, otimização das condições de trabalho, fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva aos profissionais de Saúde Bucal e a realização de exames periódicos de acuidade visual, auditiva, de controle químico do mercúrio, monitoração da exposição frente às radiações ionizantes, bem como de todas as doenças relacionadas com o exercício profissional.

9 - Organizar, por parte das empresas e instituições, campanhas em Defesa da Saúde do Trabalhador.

Programação

Dia 22/08/02

19h às 21h - Abertura: A Questão da Saúde do Trabalhador no Brasil

Dia 23/08/02

8h às 10h - Tema: Biossegurança em Odontologia

10h às 10h15 - Intervalo

10h15 às 12h - Grupos de trabalho sobre o tema.

14h às 16h - Tema: Saúde como Qualidade de Vida

16h às 16h15 - Intervalo

16h15 às 18h - Grupos de trabalho sobre o tema

Dia 24/08/02

8h às 12h - Plenária Final

a saúde dos trabalhadores em Odontologia



10 - Lutar pela estabilidade dos profissionais de saúde que atuam na área de Higiene e Segurança do Trabalho.

11 - Lutar pela obrigatoriedade de inclusão do cirurgião-dentista do Trabalho nas equipes de Saúde do Trabalhador, através de projetos de lei a serem encaminhados ao Congresso Nacional e à Câmara Legislativa.

12 - Incentivar e estimular que pesquisadores trabalhem com Saúde do Trabalhador em Odontologia, tendo em vista os dados mínimos disponíveis até o presente, dificultando a proposição de ações.

13 - Exigir das entidades odontológicas regulamentação de normas de biossegurança, trabalho com auxiliar etc.

14 - Fortalecer os Conselhos de Saúde e exigir que o Conselho de Saúde do DF seja modificado, com a eleição de seus membros como preconizado pelo CNS.

15 - Exigir das empresas e instituições o fiel cumprimento das NRs e de toda legislação vigente.

16 - Exigir dos governos federal, estaduais e municipais a criação de legislação sobre Saúde do Trabalhador estatutário nos moldes do que ocorre com os celetistas.

Riscos biossanitários

17 - Realizar atividades frequentes de conscientização e estímulo aos profissionais de Saúde Bucal quanto ao uso de equipamento de proteção individual e à correta realização de procedimentos de assepsia, desinfecção e esterilização.

18 - Cobrar das instituições empregadoras a existência de materiais adequados para garantir a segurança dos profissionais

e pacientes (anti-sépticos, desinfetantes, lixeiras com tampa, produtos para barreiras protetoras, porta-detrítos etc.).

19 - Cobrar das instituições empregadoras a disponibilização de equipamentos de proteção individual adequados aos seus profissionais (óculos, capote, gorro, luvas etc.).

20 - Cobrar das instituições empregadoras a existência de cassetes de alta rotação em quantidade suficiente que permita autoclavagem.

21 - Incentivar que seja dada preferência à esterilização no autoclave.

22 - Verificar e cobrar a existência de local apropriado para lavagem, secagem e armazenamento de instrumentais.

23 - Recusar o atendimento quando os fatores biossanitários não forem adequados, documentando tal situação e exigindo solução.

Riscos sociais

24 - Lutar pela valorização do setor saúde através de melhores salários e utilização adequada dos recursos destinados ao setor.

25 - Realizar eventos de lazer.

Riscos físicos

26 - Reivindicar a implantação de programas de exercícios laborais em grupo, reduzindo os efeitos dos esforços repetitivos do estresse.

27 - Cobrar o controle, pelos empregadores, dos níveis adequados de luminosidade, radiação e ruídos.

28 - Identificar e cobrar dos órgãos responsáveis a fiscalização periódica das condi-

ções adequadas de trabalho nas clínicas coletivas do setor público e privado.

29 - Cobrar dos empregadores espaços físicos ventilados, disposição adequada dos equipamentos e manutenção periódica do equipamento.

30 - Cobrar a inclusão de protetores auditivos nos equipamentos de proteção individual.

31 - Identificar e negociar carga horária de trabalho ou número excessivo de pacientes atendidos.

Risco psicológico

32 - Estimular e orientar como diversificar as tarefas do dia-a-dia.

33 - Incentivar que as chefias estabeleçam diálogos frequentes com os profissionais, a fim de melhor tratarem as questões do trabalho diário.

34 - Fortalecer a categoria, que se encontra (sempre foi) extremamente individualista.

35 - Programar eventos para que os profissionais possam estar juntos e conversar sobre seus problemas no trabalho.

36 - Cobrar dos empregadores investimento no profissional (cursos de aperfeiçoamento, melhores salários etc.).

Risco químico

37 - Treinar equipe de Saúde Bucal para a correta manipulação e acondicionamento do mercúrio e amálgama de prata.

38 - Incentivar que o lixo seja identificado como "Lixo Hospitalar", com a coleta nos recipientes adequados.

39 - Investigar junto ao

SLU qual o procedimento para que o lixo seja adequadamente coletado.

Risco ergonômico

40 - Discutir com os empregadores as condições ergonômicas dos equipamentos, a fim de que possam ser substituídos os inadequados, melhorando as condições de trabalho.

41 - Reivindicar a implantação de programas de exercícios laborais.

42 - Discutir com os empregadores sobre a necessidade de trabalho com o pessoal auxiliar, a fim de evitar que o cirurgião-dentista trabalhe sozinho, contratando-se THDs e ACDs.

43 - Trabalhar para que a reivindicação por melhores condições de trabalho, como equipamentos ergonômicos, seja defendida por todas as entidades representativas da Odontologia.

Risco segurança

44 - Cobrar a substituição de equipamentos antigos, a reforma de Centros de Saúde com problemas e a discussão de espaços mais adequados à Odontologia.

45 - Cobrar que instalações elétricas e mangueiras de ar estejam protegidas (embutidas), evitando que os profissionais e pacientes se machuquem.

46 - Estimular e orientar o correto manuseio de instrumentos perfurocortantes.

47 - Cobrar dos empregadores a manutenção preventiva dos equipamentos e a não utilização de recipientes inadequados (de água, de saliva etc.).

Resolução do CFO disciplina pedidos de exames junto a planos de saúde

Motivado pela ocorrência de casos em que laboratórios se negaram a realizar exames complementares solicitados por cirurgiões-dentistas, em vista da recusa de alguns planos de saúde de pagar tais exames, o Conselho Federal de Odontologia baixou a Resolução CFO-29/2002, em 21 de agosto deste ano, objetivando disciplinar a questão. Algumas operadoras de planos de saúde excluem da cobertura exames solicitados por profissionais não-médicos, o que trazia problemas aos pacientes e aos cirurgiões-dentistas. Segundo a resolução do Conselho, as operadoras de planos de saúde e seus responsáveis técnicos que negarem a solicitação de exames complementares serão responsabilizados eticamente, uma vez que os exames auxiliam o diagnóstico e o bom desempenho técnico da profissão. Se houver dúvida em relação aos exames solicitados, o cirurgião-dentista deve obrigatoriamente justificar seu pedido. Conheça a seguir a resolução na íntegra:

RESOLUÇÃO CFO-29 /2002

Baixa normas inerentes à autorização de exames junto às operadoras de planos de saúde.

O Presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso de suas atribuições regimentais, cumprindo deliberação do Plenário, em Reunião realizada no dia 22 de março de 2002, Considerando que as operadoras de planos de saúde em razão da Lei 9656, de 03 de junho de 1998, estão obrigadas ao registro e à inscrição junto aos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia;

Considerando a Resolução Normativa nº 09, de 26 de junho de 2002, que atualiza o Rol de Procedimentos Odontológicos instituído pela Resolução CONSU nº 10, de 03 de novembro de 1998 e alterado pela RDC nº 21, de 12 de maio de 2000 e dá outras providências;

Considerando o Rol de Procedimentos Odontológicos Ambulatoriais a ser utilizado como referência mínima de cobertura pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde de que tratam os artigos 10 e 12 da Lei nº 9656, de 03 de junho de 1998;

Considerando a Resolução CONSU nº 8, de 03 de novembro de 1998, que dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde, que no seu artigo 2º, parágrafo I, veda qualquer atividade ou prática que infrinja o Código de Ética Médica ou o de Odontologia;

Considerando que a Lei 5081, de 26 de agosto de 1966, determina que compete ao cirurgião-dentista praticar todos os atos pertinentes à Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em curso de pós-graduação;

Considerando que a solicitação de exames complementares se constitui em meio auxiliar de diagnóstico e objetiva zelar pela saúde do paciente e pelo perfeito desempenho técnico da profissão;

Considerando a necessidade de disciplinar a solicitação de exames complementares pelos cirurgiões-dentistas junto às operadoras de planos de saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. A solicitação de exames complementares por parte do cirurgião-dentista não pode sofrer nenhuma objeção por parte das operadoras de planos de saúde, mesmo que o profissional solicitante não pertença à rede própria ou credenciada da operadora.

Art. 2º. Fica obrigado o cirurgião-dentista, nos casos de dúvidas acerca dos exames solicitados, a justificar sua solicitação.

Art. 3º. Serão responsabilizados eticamente as operadoras de planos de saúde e seus responsáveis técnicos, quando, injustificadamente, negarem a solicitação de exames complementares.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação na Imprensa Oficial, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2002.

MIGUEL ÁLVARO SANTIAGO NOBRE, CD
PRESIDENTE

MARCOS LUIS MACEDO DE SANTANA, CD
SECRETÁRIO-GERAL

SODF apresentou sugestões para a reformulação do Código de Ética Odontológica

Com a finalidade de reformular o Código de Ética Odontológica, o CFO e os Conselhos Regionais vão realizar a 3ª Conferência Nacional de Ética Odontológica – CONEO, de 11 a 14 dezembro próximo, em Florianópolis (SC). “Adaptação do Código aos Novos Tempos”, “Direitos Humanos e a Ética Profissio-

nal” e “A Ética e o Acadêmico de Odontologia” são os temas pautados para a 3ª CONEO.

A participação dos cirurgiões-dentistas do DF no evento foi tratada na pré-conferência realizada no último dia 23 de outubro, no auditório da ABO-DF. O Sindicato participou das discussões, representado pelo

diretor João Geraldo Bugarin Júnior, e conseguiu incluir na tese formulada pelo CRO-DF as sugestões da entidade para as alterações no Código de Ética.

A proposta geral aprovada no final da pré-conferência, que será levada para a 3ª CONEO pelos delegados das entidades e delegados eleitos do DF, con-

templa as novas reivindicações da Odontologia relacionadas a saúde do trabalhador, planos de saúde, propaganda, movimentos reivindicatórios e outros temas igualmente importantes.

O SODF disponibilizará as deliberações da 3ª Conferência em seu site logo tão logo sejam divulgadas.

Fórum Nacional de Convênios e Credenciamentos aprova a regionalização da VRCC

Regionalização da VRCC, criação do Coeficiente de Honorários Odontológicos e mudança da nomenclatura para Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos – VRPO são algumas das propostas aprovadas no Fórum Nacional de Convênios e Credenciamentos, realizado no dia 29 de setembro último, em Goiânia, pela FIO, FNO, CFO e ABO Nacional, com o apoio da Abeno e Academia Brasileira de Odontologia.

O Fórum Nacional foi precedido de fóruns estaduais que contaram com a participação de todos os sindicatos filiados à FIO e onde foram tiradas as propostas analisadas no evento de Goiânia. Antes da votação das propostas aconteceram painéis sobre os temas: “Histórico da VRCC”, “Regionalização da VRCC”, “Mercado de Trabalho em Relação aos Planos de Saúde e Convênios e Credenciamentos” e “Estratégia de Implantação da VRCC nos Convênios e Credenciamentos”.

Regionalização – Os Valores Referenciais de Convênios e Credenciamentos deixam de ser nacionais e passam a ser definidos nos Estados e no Distrito Federal, com elaboração dos custos de laboratório e custos fixos (exceto os itens de consumo geral mensal, depreciação do equipamento, remuneração profes-



José Carrijo Brom, presidente da FIO, explicou os objetivos do Fórum

sional e taxa de retorno). Os demais itens permanecem nacionais, pois não apresentam diferenças significativas entre os Estados.

A proposta visa uma mudança de estratégia na tentativa de implantação da nova VRCC. O estabelecimento de valores uniformes para os procedimentos odontológicos serviu como fator embasador e aglutinador das entidades odontológicas. Com o transcorrer do tempo e o amadurecimento do processo, foi-se verificando que a uniformização induzia a um desequilíbrio remuneratório por consistir em serviços pagos de forma equivalente em to-

dos os lugares do País sem se observar o fator relatividade contido nas peculiaridades de cada região ou Estado, onde são patentes as diferenças em relação ao custo de vida, aos aspectos sociopolíticos e às condições de infra-estrutura social. A Comissão Nacional de Convênios e Credenciamentos – CNCC apresentará a proposta completa de regionalização às entidades estaduais no primeiro semestre de 2003.

Criação do CHO – O Coeficiente de Honorários Odontológicos na VRCC será reajustado a partir de 2003 pelo índice inflacionário acumulado no ano, evitando-se assim

as distorções que estão ocorrendo nas revisões da VRCC e facilitando a operacionalização do trabalho. O CHO é para uso interno das entidades odontológicas.

VRPO – A VRCC passa a ser denominada Valores Referenciais para Procedimentos Odontológicos – VRPO, para que não haja tabelas diferenciadas para consultórios particulares e planos de saúde, evitando-se também a prática de valores diferentes para procedimentos realizados pelo mesmo profissional.

Quanto à proposta de revisão na atual estrutura interna da VRPO, a CNCC está autorizada a fazer o estudo e aprovar a reestruturação dos itens “custo fixo”, “consumo geral mensal”, “instalação de consultório” e “custo variável” (prevenção, Dentística, Endodontia, Periodontia, Prótese e Cirurgia). Também foi aprovado que as propostas referentes à Prótese Dentária terão como valores mínimos os constantes na VRCC de 1997.

As propostas para implantação da VRPO, para atuação junto aos planos de saúde, bem como as normas para convênios e credenciamentos de planos e outras questões gerais podem ser lidas no relatório final do Fórum, que está disponível na íntegra no site da FIO: www.fio.org.br.

SODF participou de reunião em Goiânia

A presidente do SODF, Isa Helena Moraes Alves Patrão, mais os diretores Rozângela Fernandes Camapum, Patrícia Zampironha e Marcelo Mendes Daia participaram da reunião da Federação Interestadual dos Odontologistas – FIO com seus sindicatos filiados, ocorrida no dia 27 de setembro último, em Goiânia. Temas como o projeto de regulamentação do ato médico, criação dos cursos de tecnólogos, 3ª CONPA e Conferência Nacional de Ética Odontológica – CONEO foram tratados na reunião e são detalhados em matérias específicas nesta edição.

Projeto que define o ato médico interfere nas demais profissões da área de saúde

O projeto de lei nº 25/2002, que define o ato médico com base na Resolução nº 1.627/2001 do Conselho Federal de Medicina, tem mobilizado as demais categorias da área de saúde contra sua aprovação. A matéria está tramitando no Senado Federal e, em suma, reduz e limita a atenção à saúde do ser humano apenas ao profissional médico, podendo impedir ou limitar o livre acesso do cidadão brasileiro à saúde nas suas diversas áreas de especialidade. Além disso, o projeto é corporativo e desrespeitoso com as demais profissões quando prevê que a coordenação e chefia dos serviços poderá ser exercida apenas por médicos, rompendo com a interdisciplinaridade fundamental à consolidação dos serviços de saúde.

Na primeira sessão para votação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, ocorri-

da no último dia 20 de novembro, foi levantada a inconstitucionalidade do projeto ao transferir para o CFM a definição do ato médico, responsabilidade que não cabe àquela instituição, mas ao Congresso Nacional. Os senadores entenderam ainda que o exercício das chefias e coordenações apenas pelos médicos certamente interferirá na atuação das outras categorias. Percebendo que o projeto seria rejeitado, as entidades médicas pediram uma semana de prazo para buscar um consenso. A FIO e as outras entidades da área de saúde aproveitaram o adiamento da votação para elaborar emendas que alterem o projeto no sentido de evitar a interferência da Medicina nas demais profissões. No fechamento desta edição, a votação na CCJ estava agendada para o dia 27 de novembro. O Sindicato informará à categoria os desdobramentos dessa questão.

Inconstitucionalidade total

Segundo o consultor jurídico Antônio César Cavalcanti Júnior, o PL 25/2002 é totalmente inconstitucional. Entre outros argumentos citados por ele, a matéria afronta o artigo 5º, XIII, da Constituição Federal, que dispõe: “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Já o parágrafo 4º, IV, do artigo 60, determina que “não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais”. O jurista ressalta em seu parecer, entregue aos senadores, que, caso o projeto venha a ser aprovado, “teremos por prejudicado o livre exercício de todas as outras profissões regulamentadas da área da saúde e suas respectivas privatividades, já reguladas por lei”.



“A Saúde Bucal será tratada no governo Lula como direito de cidadania”

Quem afirma é o cirurgião-dentista Swedenberger do Nascimento Barbosa, que integra a equipe de transição do presidente eleito em outubro último. Fundador e ex-presidente do SODF e da Federação Interestadual dos Odontologistas, Bege (como é mais conhecido) foi também Secretário de Governo de Cristovam Buarque, experiências que o credenciaram a colaborar com a equipe de Lula nesta fase de preparação do futuro governo.

SODF – Em que área você está trabalhando na equipe de transição do governo Lula, com quem e como está sendo este trabalho? Por exemplo, existe alguma dificuldade em se obter informações do atual governo?

Swedenberger – Estou trabalhando em pelo menos duas frentes: 1) na Saúde, que por sua vez está localizada no Grupo de Políticas Sociais e cujo coordenador é o companheiro Humberto Costa; 2) Integro o Grupo de Planejamento Estratégico da Equipe de Transição, que tem a responsabilidade de coordenar e sistematizar todas as contribuições que deverão chegar às mãos do presidente eleito Lula pelo coordenador geral da Transição, companheiro Antônio Palocci.

Quanto à segunda parte da pergunta, até agora não temos encontrado maiores dificuldades em obter informações do atual governo. Ao que tudo indica, alguns problemas iniciais foram decorrentes da indefinição dos interlocutores de lado a lado.

SODF – De um modo geral, que Brasil o governo Lula encontrará?

Swedenberger – Um país com problemas em diversas áreas, sobretudo na área social, e um povo esperançoso com o novo governo.

Podemos dizer que há um novo Brasil a ser construído, baseado nos interesses da maioria do povo brasileiro. O governo do presidente Lula será um governo de inclusão social.

O Brasil não é um “mar de rosas”, imagem que Fernando Henrique e seus ministros tentam vender. Se fosse, nesse caso bastaria ao próximo governo ser competente sob o aspecto administrativo para governar adequadamente.

Herdamos um país com considerável dívida externa e interna; com crise de abastecimento (por exemplo, milho); com possibilidade de nova epidemia de dengue; com serviços públicos sucateados e com déficit habitacional e de emprego.

SODF – É possível adiantar quais serão algumas das primeiras decisões do governo Lula?

Swedenberger – O presidente eleito tem dito que o combate à fome é uma questão de honra no seu governo. Para demonstrar tal afirmação na prática, a sua primeira decisão, mesmo antes de tomar posse, foi o anúncio da criação da Secretaria de Emergência Social, ligada diretamente à Presidência da República. De um modo geral, as políticas sociais, que melhorem a qualidade e expectativa de vida e que se expressem em políticas de

geração de emprego e renda, moradia, saúde, assistência e segurança pública, terão prioridade e deverão ser a marca do governo Lula. Medidas imediatas e de impacto serão adotadas nessas áreas logo no início do mandato.

SODF – Como o governo Lula pretende tratar as reivindicações e os direitos dos trabalhadores de um modo geral? Qual será a posição do governo especificamente sobre as alterações na CLT?

Swedenberger – As reivindicações serão tratadas com muito diálogo. O governo Lula reconhece que há um passivo enorme nas reivindicações dos trabalhadores como, por exemplo, perdas salariais de dezenas de anos. Os direitos dos trabalhadores serão preservados e quaisquer alterações nas leis trabalhistas serão objeto de amplo diálogo com os trabalhadores e suas representações sindicais.

SODF – Falando sobre saúde: quais serão as prioridades imediatas e de longo prazo do governo? O SUS tem possibilidade de ser finalmente implantado como defendem as entidades da área?

Swedenberger – Sob o aspecto da assistência, de imediato, todo(a) brasileiro(a) deverá ter acesso aos

serviços públicos de saúde. Melhorar as condições dos serviços (físicas e as condições de trabalho dos profissionais) e abastecê-los de medicamentos são compromissos desde o primeiro dia do governo Lula. A política de saúde do futuro governo também estará integrada a outras políticas públicas que resultem na inclusão social de milhares de brasileiros(as), o que implicará uma forte camada de proteção à vida.

Quanto à implantação do SUS, as diversas experiências (estaduais e municipais) do Partido dos Trabalhadores têm demonstrado o compromisso com a construção do Sistema. Contam para isso com o envolvimento da população e dos profissionais nos Conselhos de Saúde. No caso dos governos em que não participamos, somos os incentivadores da construção do SUS através de nossa militância nas entidades, no parlamento, nos movimentos populares etc.

SODF – Como o governo Lula pretende tratar a Saúde Bucal?

Swedenberger – Como direito de cidadania. Com prioridade e dentro do entendimento de que a Saúde Bucal é integrante e indissociável da saúde em geral. Isto implica sua participação nos mais diversos programas de Saúde Pública, incluindo aí os programas de Saúde do Trabalhador e Segurança no Trabalho.

“Implantando a Saúde Bucal nos Municípios”

Este é o nome do manual elaborado pela Federação Interestadual dos Odontologistas – FIO, Federação Nacional dos Odontologistas – FNO, Conselho Federal de Odontologia – CFO e Associação Brasileira de Odontologia – ABO Nacional, e que será enviado em fevereiro de 2003 a todos os prefeitos e secretarias municipais e estaduais de Saúde do País. As entidades odontológicas já receberam o material. Alexandre Rodrigues Pinto e Cristiano Oliveira de Melo, diretores do SODF, forneceram o suporte técnico para a elaboração do manual.

Os interessados podem acessar o manual nos seguintes endereços:

<http://www.whocollab.od.mah.se/expl/methods.html>,

<http://planeta.terra.com.br/saude/angelonline/sb2000/sb2000.htm> e <http://cedros.ufrj.br/repibuco/>

